

A Constituinte

A assembleia tem todo o poder?

Uma série de propostas apresentadas, ontem, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte criou nova polémica: os constituintes têm poder para promover mudanças na atual Constituição ou devem ater-se aos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna? Líderes partidários informaram que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, entende que a Assembleia Constituinte é livre e soberana, mas não para introduzir alterações no texto constitucional vigente. O senador Afonso Arinos também se manifestou contrário à atribuição de poder absoluto aos constituintes. Ele disse que, no seu entender, "a Constituinte foi convocada para fazer uma nova Constituição, mas não recebeu o encargo de emendar a atual".

A "provisoriamente" do mandato do presidente José Sarney, o julgamento dos responsáveis por "crimes de terrorismo de Estado" e a proibição de edição de decretos-leis foram alguns dos projetos de resolução apresentados ontem pelo líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva. Pouco antes, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) havia apresentado também sua proposta, embora de caráter mais genérico. Ela estabelece que a Mesa Diretora da Assembleia, ouvido o plenário e com a aprovação, por voto secreto da maioria dos membros da Assembleia, poderá baixar resoluções constitucionais para alterar no todo ou em parte

qualquer artigo da atual Constituição. A iniciativa da proposição seria da Mesa, pelo voto unânime de seus integrantes, ou de um terço dos constituintes.

As demais propostas do líder do PT, que ao todo apresentou dez projetos de resolução, são de anistia ampla, geral e irrestrita aos punidos por motivos políticos; declaração do "estado de sítio" e as "emergências" incompatíveis com a Constituição; conferir aos trabalhadores amplo direito de greve; revogação da Lei de Imprensa; suspensão do funcionamento da Câmara e do Senado, ficando a Constituição com as suas atribuições constitucionais, e tornar os constituintes invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Quanto à "provisoriamente" do mandato de Sarney, pela proposta do PT, a Constituinte, ao término de seus trabalhos, fixaria data de eleição direta para o futuro presidente. Outra proposta de Lula foi a transmissão diária, no rádio e na televisão, entre as 20 e 21 horas, dos trabalhos da Constituinte.

Revolução

"Advirto os companheiros: tenhamos ponderação" — disse, ontem, de um dos microfones da Assembleia o líder do PTB, Gastone Righi (SP), dirigindo-se aos que, como Maurílio Ferreira Lima, Lula e Cristina Tavares (PMDB-PE), querem a "Constituinte exclusiva" e já apresentaram até projetos de resolução a serem aplicados agora.

Gastone acrescentou que estão pretendendo fazer "uma autêntica revolução dentro da Constituinte", mas isso pode levar a um confronto com a Constituição vigente. E alertou: "É muito arriscada a aventura de uma revolução, porque ela pode voltar-se contra nós próprios. Podemos ver o País afundando no caos ou retornando a uma posição ditatorial como a que vivemos nos últimos 20 anos".

O deputado paulista advertiu que os atuais constituintes não têm "poder originário", porque seu poder emana da Constituição vigente. Tentar sobrepor a Constituinte a esta, a seu ver, implicaria retirar dos próprios constituintes seus poderes e desobrigar a todos, inclusive as Forças Armadas, de observar os preceitos em vigor. E arrematou: "Nem temos forças para isso, pois, pela quantidade de votos brancos e nulos, o povo, por mais da metade dos eleitores, negou-nos até o poder constituinte".

Também o senador Fábio Lucena foi muito incisivo, afirmando que quem investir a Assembleia Nacional de "poderes extraconstitucionais, inconstitucionais e injurídicos". Para ele, a Constituinte em vigor só pode ser alterada pela forma que ela própria prescreve.

Polêmica

Os mesmos líderes partidários que invocaram a opinião do presidente do STF, ministro Moreira Alves, de que os constituintes

não têm poder para alterar a atual Constituição, lembraram que na Constituinte o quórum para aprovar emenda constitucional é o da maioria absoluta — metade mais um — e no Congresso, de dois terços de cada Casa.

O Partido Liberal (PL), por seu lado, dirigiu-se, ontem, ao Supremo Tribunal Federal, formalmente, pedindo definições sobre o funcionamento da Constituinte, dos Poderes da República e da Administração. O PL quer saber do STF se estão vigentes, até a promulgação da nova Carta, os processos atuais de elaboração e reforma da Constituição.

Entende o PL que as dúvidas que vêm sendo levantadas, no plenário e na imprensa, sobre a extensão dos poderes da Constituinte, "confundem a ordem jurídica do País e põem em risco o Estado de Direito". A nota do PL, distribuída pelo seu presidente nacional, o deputado Alvaro Valle (RJ), afirma também: "Temos uma Constituição em vigor e um sistema jurídico intacto. Foi a atual Constituição que convocou a Assembleia Constituinte que agora se reúne".

E mais adiante: "A atual Assembleia foi convocada e eleita com o fim de redigir a nova Constituição e para cumprir este desiderato é livre e soberana. O povo não lhe concedeu poderes revolucionários. Elegeram deputados e senadores para que cumprissem missões específicas, determinadas na

Constituição vigente. Ir além seria exorbitar de um mandato conferido pela vontade da Nação".

Já para o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) "não é razoável que a Constituinte, tendo saído do ventre da mãe, que é a atual Constituição, passe a considerá-la agora uma prostituta". Apesar de considerar útil a consulta do Partido Liberal sobre as prerrogativas de a Constituinte mudar ou não a atual Constituição, Afonso Arinos disse que o debate em torno dessa questão, como vem acontecendo na Assembleia neste instante, não é salutar pela excessiva carga de polémica que o tem caracterizado.

Legitimidade

O presidente do STF, a propósito da legitimidade de os senadores eleitos em 1982 participarem da Constituinte, explicou que sua decisão, quando da eleição para a presidência da Câmara, foi mera interpretação do texto constitucional e não revogação do mesmo. Ele esclareceu também que o quórum utilizado para a votação da questão foi o da maioria absoluta dos presentes, o mesmo considerado para recursos de depósitos em questões de ordem. Já o quórum para alteração da Constituição é de dois terços da maioria absoluta dos membros da Assembleia, se fosse considerada a aplicação do regimento interno da Câmara, por analogia.

REGIMENTO

As normas provisórias ainda não foram votadas. Alguns culpam Ulysses.

1

A Constituinte realizou ontem mais uma sessão de três horas e 15 minutos, mas não conseguiu aprovar nem as normas provisórias propostas pelas lideranças partidárias para disciplinar seus trabalhos até o final do mês, quando deverá estar aprovado o regimento interno.

Durante o correr da sessão, nada menos que 72 emendas ao projeto de 32 artigos foram encaminhadas à mesa, o que obrigou Ulysses Guimarães a encerrar os trabalhos e convocar nova sessão para as 14 horas de hoje, destinada a votar a matéria. Nesse meio tempo, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, designado relator, examinará as emendas e apresentará seu parecer.

Sem as normas mínimas necessárias para regular o seu funcionamento, a Constituinte assistiu somente a um longo debate sobre a extensão dos seus poderes — e começou a sofrer esvaziamento do plenário. "Dois terços das cadeiras já estão vazias" — observou, a certa altura, o líder Amaral Neto (PDS-RJ), voltando-se principalmente para os novos constituintes e assinalando que esse "é um fator normal nos parlamentos do mundo inteiro".

Assim que a sessão foi aberta, às 15h15, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) encaminhou à mesa um projeto de resolução, pelo qual a Assembleia passaria a baixar atos para alterar a atual Constituição. Durante toda a sessão, insistiu em que essa era a questão preliminar, que deveria ser resolvida independentemente da aprovação de normas provisórias. Mas Ulysses Guimarães deixou que a discussão em torno do assunto se arrastasse e, no final, disse que para tomar uma decisão é preciso que haja, primeiro, "condições regimentais", o que significaria que o assunto deve ficar para depois da aprovação do regimento definitivo.

O líder do PT, Lula, fez sua estreia da tribuna e, com a desventura de um veterano, leu a "falada PT aos constituintes e à Nação", na qual preconizou a mobilização do povo para garantir a vitória na luta que se travará na Constituinte. "Sem povo nas ruas e nas praças — afirmou — exigindo seus direitos, nenhuma votação de plenário terá força para se impor ao sistema de privilégios, corrupção e prepotência que domina o nosso País".

OPT entende que os trabalhos da Constituinte devem ser "precedidos da revogação das leis repressivas da ditadura". Essa foi também a posição assumida pelos líderes do PDS, Amaral Neto (RJ), e do PDT, Brandão Monteiro (RJ). Amaral até dirigiu apelo a Ulysses para que promova a devolução das prerrogativas dos parlamentares. Houve também, no curso da sessão, críticas a declarações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre o caráter da Constituinte, bem como condenação, da parte de Lysiane Maciel (PDT-RJ) ao ministro do Exército, pelos "recados" mandados aos constituintes.



2

O deputado Ulysses Guimarães não vai permitir que a Assembleia delibere sobre qualquer matéria, seja ela polémica ou não, antes da aprovação do regimento interno definitivo. Até lá, segundo informaram ontem parlamentares da sua confiança, ele vai negociar com as bancadas dos respectivos partidos, inclusive do PMDB, para que as propostas sejam encaminhadas à Constituinte na forma prevista pelo regimento provisório.

"Precisamos urgentemente de um regimento, mesmo que precário, para falar não só pelo plenário, mas principalmente pela presidência. E o regimento que deve nortear os nossos trabalhos" — explicou ontem Ulysses Guimarães, em entrevista à imprensa. Ele salientou que a questão, como a levantada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que quer dar à Constituinte poderes para baixar resoluções constitucionais, deve ser examinada à luz do regimento. "É o regimento, não sou eu que vai decidir como encaminhar esse tipo de proposta" — disse.

Ulysses Guimarães considerou "explicável e compreensível" o grande número de emendas à proposta provisória de regimento, mas observou que muitas delas deveriam ser oferecidas ao regimento definitivo. "Estou apresentando uma antecipação, mas isso é do processo legislativo, que deve ser conduzido com paciência e calma. E eu tenho as duas coisas" — asseverou.

Ulysses Guimarães, segundo revelaram

seus principais interlocutores, considera "superada" a questão da Constituinte exclusiva, desde a instalação das Mesas da Câmara e do Senado. O regimento interno, segundo eles, é que vai estabelecer normas para evitar que o presidente da República administre por decreto-lei. "A Constituinte, portanto, terá os poderes previstos na emenda que a convocou. Não há como fugir disso" — explicou um deles.

O presidente Ulysses Guimarães está convencido, ainda, de que as questões políticas de maior controvérsia deverão ter o quórum verificado na votação que decidiu se os senadores eleitos em 82 eram constituintes ou não. A tentativa de excluí-los foi derrotada por 384 votos, contra 126 a favor. "Esse quórum deverá se repetir nas questões polémicas" — previu aquele interlocutor.

Visita a Sarney

O deputado Ulysses Guimarães vai hoje ou amanhã ao Palácio do Planalto, na sua primeira visita oficial ao presidente Sarney como presidente da Constituinte. Segundo seus assessores, além de agradecer a visita que recebeu do presidente Sarney, logo após a sua eleição para a Câmara e para a Constituinte, Ulysses vai conversar com o presidente da República sobre o funcionamento da Assembleia.

O presidente da Constituinte fará, ainda, visita de cortesia ao Supremo Tribunal Federal, para iniciar um bom relacionamento entre os poderes.

Mesa Provisória

O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG) foram indicados, ontem, pelo presidente Ulysses Guimarães como vice-presidentes ad hoc da Mesa. Eles auxiliarão o presidente até que o regimento interno defina a composição da Mesa diretora da Assembleia Constituinte.



Arinos e Ulysses: sessão calma.



Reunião dos líderes. Tema: regimento.



Bloco feminino: briga por um gabinete.

3

A Assembleia Nacional Constituinte entra, hoje, no seu quinto dia de funcionamento, mas talvez por excesso de zelo nem mesmo as normas provisórias para dirigir seus trabalhos foram aprovadas: por imposição do plenário, na terça-feira, foi aberto um prazo de 24 horas (até as 17 horas de ontem, prorrogado por mais uma hora) para que os constituintes pudessem apresentar emendas.

Fernando Henrique Cardoso culpou o presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, pela morosidade dos trabalhos prévios para dar início ao efetivo funcionamento da Assembleia. Segundo ele, a proposta de normas provisórias para o funcionamento — mesmo — precário da Constituinte, que fora acertada pelos líderes, deveria ter sido apresentada por Ulysses Guimarães como um ato da presidência da Assembleia, que dependeria apenas da aprovação ou não do plenário. "A proposta nunca deveria ter sido colocada como matéria para discussão".

Já o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, considerou como um abuso a perda de tempo para se chegar a um documento provisório, advertindo para as dificuldades bem maiores que os constituintes enfrentarão quando as normas forem definitivas com relação ao regimento interno. Passarinho disse que é uma irresponsabilidade das lideranças a falta de uma deliberação anterior à Constituinte sobre as normas regimentais. No entender do líder do PDS, tão logo foi aprovada a emenda constitucional n.º 26, de novembro de 1985 — convocando a Assembleia Nacional Constituinte a partir de 1.º de fevereiro de 1987 — os líderes deveriam ter-se debruçado e estudado a maneira melhor de sistematizar os trabalhos.

Os líderes de todos os partidos no Senado e na Câmara fizeram ontem mais uma de suas inúmeras reuniões (que vêm sendo feitas desde sábado) para chegar à conclusão de que deveria haver um relator para as emendas às normas provisórias para a Constituinte. E foi nessa reunião que se abriu o debate em torno de um tema que, mais tarde, no plenário, fez ferver a Sessão: os poderes para se alterar a atual Constituição antes da promulgação da próxima carta constitucional, como fruto do trabalho da Constituinte.

Na discussão sobre os limites jurídicos da Assembleia Nacional Constituinte, duas posições foram discutidas — mas nenhuma foi vencedora — para tornar-se um posicionamento dos líderes partidários. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) defendeu a permanência da atual Constituição até a promulgação da próxima enquanto o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PTB-SE) apresentou um projeto de resolução para criar uma comissão incumbida de examinar todas as propostas constituintes, bem como projetos ou propostas de emenda à Constituição de constituintes ou até mesmo aqueles que não tiveram votação na legislatura anterior.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que foi autor do anteprojeto de regimento interno definitivo, entendeu que esse de momento em que o presidente da Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, presidindo a eleição de Ulysses Guimarães decidiu que em favor dos senadores de 1982 entregando a decisão ao plenário, ele considerou como órgão político e constituintes a Assembleia Nacional Constituinte. Dessa forma, entende Bonifácio de Andrada que os constituintes podem alterar a atual Constituição antes mesmo de aprovar o texto definitivo e futuro da nova Constituição, até setembro e novembro próximos.

Freitas Nobre

As chaves do reino

O conjunto arquitetônico do Congresso, em Brasília, guarda detalhes, quase secretos, que poderiam servir como estrutura para romances, contos ou novelas, com seus corredores, portas e escaninhos.

Vale a pena, um dia, percorrer esses estranhos recantos do Congresso e desvendar-lhe as entradas, saídas e passagens, por onde circulam, muitas vezes, autoridades que precisam evitar o encontro das multidões que em dias especiais lotam as dependências principais do Legislativo.

Recorda-se de presidentes estrangeiros e ditadores sul-americanos esgueirando-se pelas entradas super-reservadas e corredores mais ou menos secretos do Congresso. E mesmo algumas autoridades, presidentes, ministros, embaixadores, que mandavam encostar o carro em uma ala dos senadores, perto da rampa dos cisnes e penetravam no Congresso sem que fossem percebidos. E saíam ainda mais despercebidos do que quando entravam.

O Poder das Chaves

Sobre alguns desses pequenos e grandes segredos do Congresso, vamos tratar, um dia. Hoje, porém, vamos cuidar de um que parece muito pequeno, mas que vai ter uma utilização importantíssima nos trabalhos da Constituinte.

Trata-se das chaves de controle do som na mesa do plenário da Câmara dos Deputados e que será a mesma para a direção dos trabalhos da Constituinte.

Os que acompanharam a instalação da Constituinte nos dias 1 e 2 do corrente, sob a presidência do ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, tiveram oportunidade de observar que as tentativas de intervenção dos deputados José Genofino e Aldo Arantes não foram transmitidas por qualquer emissora de rádio ou televisão. Nem mesmo para os alto-falantes espalhados pelo edifício do Congresso ou para a parte externa, os jardins, onde se encontravam os telões para a assistência popular.

Por que essas intervenções feitas no plenário da Câmara, no microfone próprio instalado no recinto dos trabalhos, não foram ouvidas, mesmo pelos senadores e deputados presentes?

É que, entrudado na mesa, o ministro Moreira Alves, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, e o senador Humberto Lucena, presidente do Senado e do Congresso, existe um conjunto de chaves que controlam a emissão da palavra de quem preside os trabalhos, que libera o som do microfone da tribuna da direita, da tribuna da esquerda, do microfone dos apertados colocados na primeira

fila de cadeiras à direita e na primeira fila de cadeiras à esquerda. Mas, há mais: há a chave geral que tudo liga ou tudo desliga, ou que permite as liberações setoriais de som. E tem mais: a chave da campanha com o controle de intensidade da mesma, baixa, média, alta... conforme o discurso e o autor.

Assim, quando o presidente, por exemplo, dá a palavra a um orador, liga a chave que libera a transmissão. A seguir, desliga a chave de uso da presidência, enquanto o orador (no Senado, inclusive, se for acionada a chave destinada às sessões da Câmara, como ocorre com a Câmara em relação às sessões do Senado). Com sua chave desligada, o presidente pode conversar na mesa com assessores ou com parlamentares que, de pé ou sentados ao seu lado, procuram uma informação, um esclarecimento, ou mesmo para um bate-papo informal, especialmente quando o orador é daqueles que conseguem falar sem despertar qualquer interesse, ou quando têm uma respeitável capacidade sonográfica.

O ministro Moreira Alves, que não conhecia o teclado das chaves, foi orientado pelo assessor-mor da Câmara, o dr. Paulo Afonso, que entrou no Legislativo Federal quando ainda no Rio de Janeiro, como datilógrafo, aposentando-se no posto mais alto do funcionalismo. Recontratado, é o mais completo conhecedor dos regimentos e dos mínimos detalhes da Casa, para não falar do conjunto de chaves escondidas na mesa do presidente e de outros veneráveis segredos do Legislativo.

Os Oradores Inoportunos

Na época da ditadura, esse conjunto de chaves de mesa funcionou admiravelmente e os que presidiram os trabalhos da Câmara e do Congresso que se reúnem no mesmo plenário, se tornaram exímios maneiradores do seu complicado sistema de controle sonoro.

É claro que, inadvertidamente, algumas vezes, o presidente dos trabalhos esquecia de desligar uma determinada chave ou de ligar inadvertidamente uma outra em ocasião imprópria.

Não foram poucas as vezes que as concessões da Mesa foram transmitidas para toda a Câmara, quando o presidente dos trabalhos julgava a chave desligada. Outras vezes, só depois de verificar que não havia acionado a chave, é que o presidente, dando-se conta do esquecimento, ligava o serviço de som, tendo que repetir o que havia dito sem ser ouvido.

Os próprios deputados, vez por outra, ao discursar ou apartar, esqueciam que o som alcançava todo o conjunto do Congresso e esqueciam que não estavam falando apenas para os seus pares.

Numa dessas ocasiões, um deputado de São Paulo prestava homenagem a José de Anchieta, lendo um trecho de seu discurso em que constava a palavra *ermida*. Mas o deputado leu conforme o original: "... a ermida de Anchieta" etc. O colega disse-lhe ao ouvido: "É ermida e não ermida. Corrija rápido". O orador não se fez de rogado: "Mas que datilógrafa f. da p...! Pôs acento onde não devia". É claro que ao sair do plenário, depois do discurso, na porta, a datilógrafa estava comunicando que não trabalhava mais para o parlamentar.

Noutra ocasião, uma parlamentar que tinha seu marido pleiteando uma candidatura

ru a governo do Estado, fez nada menos que três discursos ouvidos com hilaridade pela Casa inteira, pois o presidente deixara o som ligado em todos os recintos do Congresso. O primeiro discurso era sobre o símbolo da campanha do marido à governança: "O pau e o pires". O segundo, "regando à malícia de certa imprensa", conforme a própria parlamentares esclareceu. Mas o novo discurso tinha um título ainda mais grotesco.

O presidente, prevenido, indagou: "Deputado, qual o assunto do seu discurso? E ele respondeu: "O cacete e o pires".

O terceiro foi para justificar os dois anteriores, explicar que o cacete era para agredir os corruptos e o pires para recolher as esmolas de que necessita o Estado". E aí não poupo críticas à imprensa que sempre tem costas largas quando divulga curiosidades (sic) como estas. A parlamentar reclamava, ainda, que os seus discursos haviam sido publicados com ilustrações que não lhe teriam agradado e, provavelmente, também não tivessem agradado o marido-candidato. E nem se fala dos eleitores, dos cabos eleitorais, dos correligionários que deveriam portar o símbolo da campanha em seus estandartes, faixas e camisas de propaganda política.

Os Recursos da Chave

Mas os recursos desse conjunto de chaves vão ser utilizados pelo presidente Ulysses Guimarães que é também o presidente da Constituinte. Por certo, já estarão os dedos do deputado condicionados a ligar e desligar todos esses dispositivos com a maestria de um especialista.

Quando o deputado usa a tribuna, ultrapassando o prazo regimental, o presidente o adverte e, se não é atendido, seu microfone é desligado e ele é forçado a concluir o discurso, porque sequer o serviço taquígrafico o registra.

Nos tumultos, o presidente desliga os dois microfones de plenário, o que não impede, como já ocorreu, que o parlamentar use a haste de aço para ameaçar companheiros.

No Senado, cada parlamentar tem seu próprio microfone na mesa individual, o que torna diferente essa participação.

Como a Constituinte, no entanto, vai funcionar no plenário da Câmara, o serviço de som estará sob controle de sua Mesa que exercerá o poder de polícia, para não dizer em certas ocasiões, até mesmo um poder de censura.

Aliás, nem sempre são justos os critérios da Mesa, pois ora é liberal com um deputado que lhe agrada, ora é rígida demais com o parlamentar para o qual não tem qualquer simpatia.

Certos deputados ultrapassam o tempo regimental sem serem molestados, ou suavemente advertidos pela campanha elétrica. Outros, propiciam um escândalo de sirene intermitente quando desobedecem o Regimento.

O "Ponto" da Mesa

Como num teatro, o assessor da Mesa passa para ao presidente, em cada fase do processo da sessão, por escrito, em geral à mão, as palavras que o presidente deve pronunciar. Até mesmo a abertura e o encerramento, constantes de um cartão datilografado, são

passados ao presidente. As questões de ordem são respondidas, em geral, com base em antigos da Constituição ou do Regimento, assinados pelo assessor, ou, quando há tempo, até mesmo redigidos por ele. Na Câmara, está Paulo Afonso e seu substituto Clodoaldo (RJ) no Senado, Nerione ou d. Sara, esta sempre chamada nas horas complicadas. Vale lembrar dois fatos elucidativos desse comportamento e que podem perfeitamente ocorrer no curso dos trabalhos constituintes, evidentemente, com outras conotações, em razão dos novos tempos.

Num momento de peregrinções, torturas, assassinatos na década de 70, um grupo de deputados reuniu-se conosco para encontrar uma fórmula de fazer repercutir esses atentados e forçar o governo a parar com a violência. Seria necessário criar um fato novo capaz de se tornar notícia internacional, ainda que a Câmara não o divulgasse.

Mobilizamos a imprensa internacional. Fomos para a tribuna com um lenço embebido em álcool envolvendo o pescoço e um discurso gravado para denunciar a violência contra os presos políticos. Penduramos o pequeno gravador no microfone de uma das tribunas principais. Acionamos o botão e a gravação começou: "Sr. Presidente, sr. Deputados: Venho denunciar a tortura e o assassinato...". O presidente acionou as campanhas (há mais uma chave para as campanhas, com 3 ou 4 intensidades de sons), advertindo: "O deputado não pode usar gravador". E o como indagásemos em que dispositivo regimental o presidente nos cassava a palavra, ele, depois de folhear inutilmente o Regimento, e de ouvir o assessor, foi peremptório: "Não pode, porque gravador não responde a aparte...".

Fora o suficiente. O acontecimento inédito de um gravador transmitindo uma denúncia e um deputado fingindo-se gripado e afônico, saiu nas grandes capitais do mundo e a reação mundial levou a ditadura a soltar muitos presos e amenizar seu comportamento nos presídios políticos.

Esse poder das chaves, na Constituinte, com novos e fogosos parlamentares, sem dúvida, vai-se fazer sentir, e é necessário que ninguém esqueça que o próprio dicionarista inclui a chave como "um lugar que pela sua posição pode ser ponto estratégico contra inimigos".

Poucos sabem que Ulysses Guimarães foi aluno de piano no velho Conservatório Musical da avenida São João, onde, na época, havia mais música que crime. E teve, ali, como professor, o extraordinário Mário de Andrade.

Embora e felizmente, não seja um pianista de plenário, vai manejar e bem, nas sessões da Constituinte, o jogo de sons que as chaves do Reino lhe propiciaram.

Já tem prática, com reflexos condicionados, graças às presidências anteriores, mãos compridas e dedos longos como convém para esse exercício.

E outro aviso para os oradores incansáveis: também foi professor de latim quando acadêmico de Direito (contemporâneo de Monteiro e Jânio, entre outros). E, de certo, não estava disposto a perder seu latim na Constituinte, até porque tem campanhas estridentes e chaves de sobra para manobrar, valorizando os seus ou reduzindo discursos anti-regimentais a simples monólogos sem som...